EXECUTIVO

GABINETE DO GOVERNADOR

DECRETO DE 18 DE MARÇO DE 2015

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos X e XX, da Constituição Estadual, combinado aos arts. 128 e 129, inciso I, alínea "a", da Lei Estadual nº. 6.833, de 13 de fevereiro de 2006, e

Considerando os elementos informativos colacionados no Inquérito Policial Militar instaurado pela Portaria nº. 001/2012/IPM-CorCPR IX, os quais trazem a lume fato de natureza GRAVE atribuível ao MAJ QOPM RG 21178 ROBSON RODRIGUES DOS SANTOS, que, em tese, conduzem ao entendimento de que o referido oficial tenha procedido incorretamente no desempenho do cargo, violando o sentimento do dever no exercício de função ou de serviço policial militar, a honra pessoal, o pundonor policial-militar e o decoro da classe, tendo em vista que o supracitado oficial justificante foi alvo de investigação por meio do Inquérito Policial Militar de Portaria nº. 001/2012/IPM-CorCPR IX, impulsionado pela reclamação trabalhista ajuizada pelo ex-policial militar *Luis Alberto Beltrão de Souza* contra a empresa TBB Cargo LTDA, narrando que a empresa reclamada possui um terreno baldio na Av. Independência, que mesmo sem proveito mantém vigilância 24 horas, objetivando evitar ocupação de posseiros. O reclamante afirma às folhas 11/14 do IPM que em 1º de junho de 2014, época dos fatos, era policial militar e recebia o equivalente a R\$ 2.240,00 (dois mil, duzentos e quarenta reais) por mês para exercer as funções de vigia: "A conveniência de ter um policial militar fazendo a segurança do terreno da reclamada era o que tornava a contratação do reclamante viável, pois sempre que fosse necessário o reclamante poderia chamar reforço policial de seus colegas da corporação que estivessem de serviço no horário";

Considerando que em sua constatação judicial a empresa reclamada admitiu que: "foi firmado um contrato verbal com o MAJOR ROBSON RODRIGUES SANTOS, no qual ficou acordado que o mesmo durante suas rondas diárias iria garantir a integridade do terreno, evitando que os possíveis invasores concretizassem sua pretensão e, em troca, a reclamada passou a pagar uma quantia média de R\$ 2.000,00 por semana ao Major"; Considerando que, conforme depoimento da testemunha *Jairo Honório Coussseau* (fl. 172), corroborado pelos depoimentos das testemunhas *Pedro Ailton de Sousa Teixeira* (fl. 168) e *Telma do Socorro Aviz de Souza* (fls. 170/171), durante os anos de 2010/2011 o Oficial justificante recebia em média R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) da empresa TBB Cargo LTDA para fazer a segurança de um terreno baldio de sua propriedade e por diversas vezes utilizava viaturas e efetivo policial militar para retirar os invasores que porventura ocupassem o terreno pertencente à empresa;

Considerando que os fatos guardam consonância com cópias de vários cheques emitidos pela empresa em análise em favor do aludido Oficial Justificante conforme constam nos documentos de fls 115/149 do IPM, comprovando assim, teoricamente, a autoria e materialidade da ilicitude;

Considerando que, por todo o exposto, a narrativa fática conduz ao entendimento segundo o qual, em tese, o MAJ QOPM ROBSON RODRIGUES DOS SANTOS teria o propósito de privatizar o serviço público em detrimento do interesse público, incidindo nas condutas tipificadas nos incisos IV, VII, IX, XI, XVIII, XXIV, XXVI, XXVII, XXXIII, XXXVI, do art. 18, c/c o § 1º, do art. 37 todos da Lei nº. 6.833/06 (Código de Ética e Disciplina da PMPA), bem como ao que estabelece o § 2º do art. 37 do mesmo diploma disciplinar, no tocante ao art. 308 (Corrupção Passiva) do Código Penal Militar, configurando, pois, em tese, transgressão de natureza GRAVE, podendo ensejar ao citado Oficial da Polícia Militar do Pará a punição disciplinar de Demissão; Considerando o Despacho Analítico nº. 0040/2015 da Consultoria Geral do Estado,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, nos termos do que preceituam os arts. 129 e 131 da Lei Estadual nº. 6.833, de 13 de fevereiro de 2006, para compor o Conselho de Justificação destinado a apurar as faltas funcionais do justificante MAJ QOPM RG 21178 ROBSON RODRIGUES DOS SANTOS, os oficiais militares a seguir relacionados:

TEN CEL QOPM RG 12377 ROGÉRIO GUILHERME DA SILVA MAGALHÃES – Presidente

TEN CEL QOPM RG 18326 LUIZ CARLOS RAYOL DE OLIVEIRA – Interrogante e Relator

TEN CEL QOPM RG 11696 MAURO BARBAS DA SILVA – Escrivão
Art. 2º Fica afastado o oficial justificante MAJ QOPM RG 21178 ROBSON RODRIGUES DOS SANTOS das suas funções, passando à disposição do Conselho de Justificação, nos termos do art. 130 da Lei nº. 6.833, de 13 de fevereiro de 2006.

Art. 3º O prazo para conclusão do presente procedimento é de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste Decreto, nos termos do art. 133, combinado ao art. 123 da Lei nº. 6.833, de 13 de fevereiro de 2006.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação..
PALÁCIO DO GOVERNO, 18 DE MARÇO DE 2015.

SIMÃO JATENE

Governadora do Estado

DECRETO DE 18 DE MARÇO DE 2015

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos X e XX, da Constituição Estadual, combinado ao art. 128 e inciso I, alínea "c" do art. 129 da Lei Estadual nº. 6.833, de 13 de fevereiro de 2006, e

Considerando os elementos informativos colacionados no Inquérito Policial-Militar de Portaria nº. 077/12/IPM/CorCME, bem como na denúncia ministerial, os quais trazem a lume fato de natureza GRAVE atribuível à CEL QOPM RG 11.152 RUTH LÉA COSTA GUIMARÃES, que, em tese, afeta a honra pessoal, o pundonor policial-militar e o decoro da classe, tendo em vista que a supracitada Oficial justificante, em tese, quando na condição de Diretora de Apoio Logístico da Polícia Militar do Pará - PMPA mantinha estreita relação com o nacional NICANOR JOAQUIM DA SILVA, pessoa estranha ao quadro de funcionários da Fundação Pestalozzi do Pará - FPPA e que teria o respaldo da senhora MARIA IERECÉ SANTIAGO MENDES, à época Presidente da referida Entidade, para vender os bens (na maioria carros) doados à Fundação por órgãos do Governo do Estado de forma irregular, com grande prejuízo à referendada Entidade Filantrópica e, segundo denúncia do Ministério Público, NICANOR era quem recebia os veículos inservíveis doados por órgãos públicos, inclusive em seu galpão particular; segundo, ainda, a denúncia ministerial, comandantes de batalhões agiam ao arrepio da lei, pois que entregavam os bens móveis a terceiros e não ao representante legal da Entidade do donatário, conforme o art. 3º, § 1º, do Decreto nº. 1.296/2004; consta, também, da denúncia, que NICANOR comercializava diretamente viaturas pertencentes à Polícia Militar, o que conseguia graças à permissividade e à participação da justificante CEL QOPM RUTH LÉA COSTA GUIMARÃES, Diretora de Apoio Logístico, porquanto as conversas interceptadas revelaram transações bancárias entre o Sr. NICANOR e a justificante, que na conversa interceptada no dia 24 de outubro de 2012, em que ambos falam sobre uma transação bancária na Caixa Econômica, a justificante teria pedido para que ele (NICANOR) depositasse a quantia de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) no Banco ITAÚ; já na conversa do dia 7 de novembro de 2012, a justificante teria demonstrado preocupação com a investigação realizada pela DIOE/DOT de que seu nome teria sido citado por ZÉLIA (ex-mulher de NICANOR) na Delegacia (Documentos do Inquérito da Polícia Civil). A denúncia ministerial indica que as investigações mostraram que NICANOR contou com o "subsídio" da justificante, à época Diretora de Apoio Logístico da PMPA, pois o mesmo frequentava o referido órgão, que fica no interior do quartel do Comando-Geral da Polícia Militar, tendo ambos conversas descontraídas, além do que NICANOR prestava vários favores à justificante tais como: pagava a prestação de seu veículo Honda Civic, passagens aéreas, embarque de sua NISSAN FRONTIER para o Estado de Minas Gerais, local onde a justificante pretendia passar suas férias, incidindo, em tese, a justificante nas condutas tipificadas nos incisos III, IV, VII, IX, XI, XVIII, XX, XXIII, XXIV, XXVI, XXVII, XXXIII e XXXVI do art. 18, c/c § 1º do art. 37, todos da Lei nº. 6.833/06 (Código de Ética e Disciplina da PMPA), bem como ao que estabelece o § 2º do art. 37 do mesmo Diploma Disciplinar, no tocante aos arts. 303 e 308 do Código Penal

Militar, configurando, pois, em tese, transgressão de natureza GRAVE, podendo ensejar à citada Oficial da Polícia Militar a punição disciplinar de Demissão;

Considerando os termos do Ofício nº. 256/14 – CorGeral da Corregedoria Geral da Polícia Militar do Pará,
D E C R E T A:

Art. 1º Ficam nomeados, nos termos do que preceituam os arts. 129 e 131 da Lei Estadual nº. 6.833, de 13 de fevereiro de 2006, para compor o Conselho de Justificação destinado a apurar a falta funcional da justificante CEL QOPM RG 11.152 RUTH LÉA COSTA GUIMARÃES, os oficiais militares a seguir relacionados: CEL QOPM ERALDO SARMANHO PAULINO, do CG – Presidente CEL QOPM SERGIO ALONSO PINTO E SILVA, do CG – Interrogante e Relator

CEL QOPM HELDSON TOMASO PEREIRA DE LIMA, do CPR IX – Escrivão

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
PALÁCIO DO GOVERNO, 18 DE MARÇO DE 2015.

SIMÃO JATENE

Governador do Estado

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO RESOLVE:

nomear, de acordo com o art. 6º, inciso II, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994, combinado com a Lei nº. 7.543, de 20 de julho de 2011, VIVIAN PATRÍCIA PINHEIRO BARBOZA DA SILVA para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial I.
PALÁCIO DO GOVERNO, 18 DE MARÇO DE 2015.

SIMÃO JATENE

Governador do Estado

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO RESOLVE:

nomear, de acordo com o art. 6º, inciso II, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994, combinado com a Lei nº. 7.543, de 20 de julho de 2011, DEOLINDA ANDRADE DE OLIVEIRA para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial I.
PALÁCIO DO GOVERNO, 18 DE MARÇO DE 2015.

SIMÃO JATENE

Governador do Estado

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO RESOLVE:

nomear, de acordo com o art. 6º, inciso II, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994, combinado com a Lei nº. 7.543, de 20 de julho de 2011, RENEE NAZARÉ SANTOS MIRANDA para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial I.
PALÁCIO DO GOVERNO, 18 DE MARÇO DE 2015.

SIMÃO JATENE

Governador do Estado

Protocolo 808170

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA

PORTARIA Nº 2.172/2015-CCG DE 18 DE MARÇO DE 2015

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011, e

CONSIDERANDO os termos do Processo nº. 2015/96862,

R E S O L V E:

nomear ANA FLÁVIA DE LIMA para exercer o cargo em comissão de Chefe de Serviços, código GEP-DAS-011.1, com lotação na Polícia Civil.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 18 DE MARÇO DE 2015.

JOSÉ MEGALE

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado